

Negra sou:

MULHERES NEGRAS CAMPESINAS,
(RE) CONHECIMENTO, LUTAS E
ESTRATÉGIAS



CARTILHA DE FORMAÇÃO
DE MULHERES NEGRAS NO CAMPO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

CHEIRLA DOS SANTOS SOUZA

**NEGRA SOU: MULHERES NEGRAS CAMPESINAS, (RE) CONHECIMENTO,
LUTAS E ESTRATÉGIAS**

**Amargosa/BA
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

CHEIRLA DOS SANTOS SOUZA

**NEGRA SOU: MULHERES NEGRAS CAMPESINAS, (RE) CONHECIMENTO,
LUTAS E ESTRATÉGIAS**

Produto Final apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito para obtenção do título de mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Orientadora: Prof (a) Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Amargosa/BA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Produto final do Mestrado Profissional em Educação do Campo através do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Centro de Formação de Professores (CFP), por Cheirla dos Santos Souza, sob a orientação do professora Profa. Dr. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Capa: Amélia dos Santos Souza

Revisão Gramatical: Amanda Reis

Fotografias: Cheirla dos Santos Souza

Projeto Gráfico: Consultoria Lumière

2019, Bahia, Brasil..

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S729n

Souza, Cheirla dos Santos.

Negra sou: mulheres negras camponesas, (re)conhecimento, lutas e estratégias. / Cheirla dos Santos Souza. – Amargosa, BA, 2019.

53 fls.; il.color.; 30 cm.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Cristina Nascimento Givigi.

Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2019.

Bibliografia: f. 50-52.

1. Educação do Campo. 2. Gênero. 3. Associativismo. I. Givigi, Ana Cristina Nascimento. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CHEIRLA DOS SANTOS SOUZA

CARTILHA DE FORMAÇÃO
NEGRA SOU: MULHERES NEGRAS CAMPESINAS, (RE) CONHECIMENTO,
LUTAS E ESTRATÉGIAS

Cartilha apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito para obtenção do título de Mestre em

Aprovado em 30 de Abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Dehoz afvs Ritor
p/ Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi
(Orientadora)

[Assinatura]
Profa. Dra. Priscila Gomes Dornelles
(Membro Interno)

[Assinatura]
p/ Profa. Dra. Dyane Brito Reis Santos
(Membro Interno)

Livia Tavares Mendes Froes
Profa. Dra. Livia Tavares Mendes Froes
(Membro Externo)

Amargosa (BA)

2019

RESUMO

O presente trabalho é fruto do Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o qual tem como proposta tecer reflexões a partir das experiências das mulheres negras da comunidade de Duas Barras do Fojo, no município de Mutuípe-Ba, considerando as imbricações dos diversos sistemas de dominação e seus impactos na vida dessas mulheres e na construção da sua negritude. A pesquisa está ancorada numa perspectiva do feminismo negro, pois as discussões dão-nos a oportunidade de análise a partir de outro lugar da política que discute os poderes em face das desigualdades raciais, e, ao discutir os poderes à vista dessas, deixam aflorar quais foram e quais são as estratégias usadas por mulheres negras desde então, para desestabilizar a hegemonia racial branca e feminina. A cartilha está dividida em três seções, sendo, a primeira corresponde a uma discussão de conceitos, compreendendo que os movimentos sociais e entidades que trabalham mulheres camponesas podem dialogar com as (in)formações desse processo histórico e apreender como as opressões e imagens da negritude foram construídas socialmente. A segunda seção apresenta formas/instrumentos que podem ser utilizados por formadores/as e líderes para problematizar questões naturalizadas sobre violência, desigualdade racial e de gênero. Na terceira seção, apresentamos o movimento associativista e sua importância na vida das mulheres. Para possibilitar debates e reflexões sobre o lugar da mulher negra camponesa, realizamos algumas dinâmicas de grupo e ao final da pesquisa identificou-se que as mulheres negras camponesas estão em processo de reconhecimento e construção da sua negritude e que embora tenham utilizado algumas estratégias, sobretudo no campo da organização comunitária, ainda convivem com diversas opressões, como o machismo, racismo e desigualdades sociais.

Palavras-Chaves: Mulheres Camponesas. Negritude. Associativismo

ABSTRACT

This work is the result of the Professional Master's Degree in Rural Education of the Center for Teacher Training of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), which aims to bring a reflection upon the experiences of black women from the community of Duas Barras do Fojo, in the city of Mutuípe-Ba, considering the implications of the several systems of domination and their impacts on the lives of these women and the construction of their black identity. The research lies on a perspective of black feminism, because these discussions give us the analysis opportunity from another political point of view, that discusses the powers in the face of racial inequalities, and, by discussing the powers in view of them, it allows us to highlight which ones were and what are the strategies used by black women since then to destabilize white and female racial hegemony. The booklet is divided into three sections. The first corresponds to a discussion of concepts, understanding that social movements and entities that work with peasant women can dialogue with the (in)formation(s) of this historical process and learn how the oppressions and images of black identity were socially built. The second section presents ways/tools that can be used by educators and leaders to address naturalized issues about violence, racial and gender inequality. In the third section, we present the associative movement and its importance in women's lives. In order to allow debates and reflections on the place of the peasant black woman, we performed some group dynamics and at the end of the research it was identified that the peasant black women are in the process of recognizing and building their black identity and that although they have used some strategies, especially in the field of community organization, they still live under certain oppression, such as sexism, racism and social inequalities.

Keywords: Peasant Women. Black Identity. Associativism.

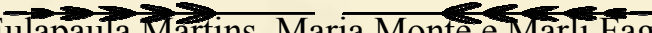
**Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
E assim deixar de ser refém**

Mulher não nasceu pra ser escrava
Isso é coisa inventada
Pra poder nos oprimir
Já é tempo de acordar
Mulher tem o seu lugar
Vamos juntas resistir.

Mulher não é uma propriedade
Como dita a sociedade
De costume patriarcal
Precisa também se libertar
Para o mundo transformar
Derrubar o capital.

Mulher sempre foi subestimada
Reprimida e maltratada
Sem direito de dizer
Que ama, que sonha e que deseja
Onde quer que ela esteja
Ousadia deve ter.

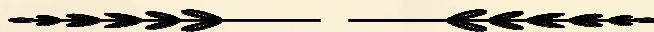
Mulher nunca fuja desta luta
Pois a nossa causa é justa
Pro machismo superar
Sem construir o feminismo
Não teremos socialismo
E Igualdade alcançar.

Musica-  Eulapaula Martins, Maria Montê e Marli Fagundes.
Feita por jovens camponesas do MPA.

Sumário

⇒	APRESENTAÇÃO	12
⇒	A QUEM SERVE O GÊNERO?	15
⇒	Devir mulher negra o processo de ser.....	18
	Relações de gênero no campo.....	20
⇒	Nosso trabalho não é ajuda.....	21
⇒	FEMINISMO ANTI-RACISTA E CLASSISTA	22
⇒	Mulheres Negras Mulheres Também.....	22
⇒	Pensamento feminista negro.....	24
⇒	Quem são essas mulheres?.....	26
⇒	Feminismo é coisa de mulher da roça sim.....	29
⇒	MULHERES CAMPESINAS EM MOVIMENTO.....	30
⇒	Que mulher? Que política?	30
⇒	Movimentos sociais no contexto do campo.....	30
⇒	NOSSO CORPO, NOSSO IMAGEM, NOSSA HISTÓRIA.....	33
⇒	AUTOIMAGEM DAS MULHERES NEGRAS CAMPESINAS.....	34
⇒	MULHER EM LUTA POR UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA.....	36
⇒	EMPODERAMENTO DAS MULHERES: CAMINHO PARA O ENFRENTAMENTO DAS OPRESSÕES.....	39
⇒	A EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVISTA DE MULHERES CAMPESINAS NEGRAS EM CONTRAMÃO DA ECONOMIA DOMINANTE	42
⇒	No caminho da auto economia.....	43
⇒	Práticas Agroecológicas: o quintal produtivo.....	44
⇒	Garantindo a soberania alimentar.....	45
⇒	Recuperação de sementes crioulas.....	44
⇒	Porque nos auto organizamos?.....	47
⇒	Associação de Mulheres da comunidade de Duas Barras do Fojo.....	48
⇒	Mensagem Final.....	50
⇒	Referências.....	51

“É tempo de olharmos para nós mesmas. Visualizar a força que temos e segurar as mãos de outras companheiras e companheiros, pois não podemos



Lucinéia Durães - Direção Estadual do MST

Apresentação

A presente cartilha é fruto do Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o qual tem como proposta produzir conhecimento com as comunidades, de modo a entender que a experiência comunitária é fruto de produção coletiva e, a partir disso, interessamos pensar com/nas mulheres negras camponesas do vale do Jiquiriçá.

Hoje, na Bahia, temos esse importante curso de Mestrado, que tem se lançado no propósito de pensar sobre o campesinato, suas experiências políticas e de conhecimento. Sabemos que a região Nordeste concentra a maior proporção de negros do Brasil e que essa é também uma realidade da Bahia, que no ano de 2018 somando-se pretos e pardos chegava-se a 81,1% da população da Bahia (IBGE/PNAD, 2018). Isso tem despertado, neste curso de Mestrado, vários trabalhos atentos à questão racial no Campo, inclusive um, em desenvolvimento recente, que se voltará à violência contra as mulheres negras camponesas.

Produzir este trabalho, que trata da vida das mulheres negras camponesas como eu, que, hoje, também estou no papel de pesquisadora, torna-se um desafio muito grande, na medida em que no campo da produção do conhecimento a mulher, sobretudo a mulher negra é costumeiramente ocultado e suas produções diminuídas em importância. Nesse sentido, proponho, inspirada por outras mulheres negras cujas pro-

riências das mulheres negras da comunidade de Duas Barras do Fojo, no município de Mutuípe-BA, considerando as imbricações dos diversos sistemas de dominação e seus impactos na vida dessas mulheres e na construção da sua negritude. Essa experiência política não determina as tantas outras de coletivos de mulheres negras, mas visibiliza possibilidades de auto reconhecimento e de socialização de dores, trabalho e afeto, de modo que possamos pensar nas estratégias utilizadas historicamente para a vivência de cada uma de nós.

Com esse trabalho, assumo uma posição política de ultrapassar barreiras sociais de minha condição, na medida em que também sou mulher, camponesa, negra e atravessada por toda uma construção histórica e social, além de ter tido a oportunidade de adentrar a universidade, espaço ainda em disputa pelo povo negro, camponesino e da classe trabalhadora. Sou a décima primeira filha de um casal de agricultores familiares (Alaíde e Bento) e minha trajetória de vida encontra-se entre as relações tecidas no campo e na luta dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais. Com mãe sindicalista (uma das primeiras fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mutuípe-BA), cresci acompanhando-a na luta, mesmo quando ainda não entendia o porquê se lutava. Na juventude, foi possível construir a compreensão das desigualdades sociais e do quanto era necessário lutar por direitos iguais. Sempre

Mas, até então era eu uma mulher cam-pesina sem o reconhecimento da sua negritude. No ano de 2010, tive a oportunidade de ingressar na universidade e logo tornei-me a terceira pedagoga da família. O espaço universitário proporcionou-me conhecimentos, através de discussões e encontros, por meio das leituras e debates, com autoras e autores que me despertaram a consciência e a necessidade da construção da minha negritude, ensejando a mim novas posturas e ações frente ao meu contexto social.

Chegar ao mestrado no ano de 2017 e pensar no projeto que proporcionasse uma construção de conhecimento junto a uma comunidade campesina, deu-me a oportunidade para socializar com outras mulheres e grupos discussões que as instigasse a pensar nas estruturas de poder e hierarquias de gênero, raça e de classe. Desnaturalizando-se relações, até então, tomadas como ‘normais’ e impensáveis para aquelas que, muitas vezes, não têm acesso à arquitetura das fabricações das opressões e/ou tomam a cor da pele como ‘naturalmente’ o motivo para um lugar menor.

Escolhi a Associação de Mulheres da Comunidade das Duas Barras do Fojo, por ter um vínculo junto ao grupo, através da partilha de algumas vivências, como participação em feiras, seminários, encontros e perceber que o grupo é majoritariamente negro, assim como a comunidade em que estão inseridas. Através da organização produtiva, essa associação tem ganhado reconhecimento a nível local, territorial e estadual. No entanto, identifiquei que, no âmbito da construção da negritude das mulheres campe-

Para construção dessa cartilha, em primeiro lugar, foi realizada uma breve revisão de trabalhos já sistematizados sobre as questões a serem tratadas na pesquisa. Após as leituras montamos uma metodologia para realização de oficina, que permitisse um diálogo junto ao grupo, que fosse capaz de refletir e problematizar questões naturalizadas junto às experiências das mulheres negras campesinas.

Nas oficinas realizadas com o grupo, descobri que essas mulheres estão em processo de construção da sua negritude e, desse modo, resolvemos apresentar uma peça que auxiliasse como instrumento formativo, para dialogar com essas mulheres sobre a construção da identidade negra campesina.

Apresento, para o movimento social e entidades que trabalham de forma específica com mulheres, discussões que as ajude a reconhecerem-se em sua negritude, enquanto mulheres negras e campesinas. Entendo que este instrumento pode ser importante, considerando que muitas situações de machismo, racismo e violência no campo são naturalizadas, a partir da ideia de universalização dos sujeitos, da ideologia cristã, de que todas as pessoas são iguais, que, muitas vezes, reforça as opressões, por não permitir que as mulheres reconheçam o lugar do abuso e da inferioridade que lhes foi atribuída. Logo, apresentamos neste trabalho a utilização de algumas metodologias que nos ajudaram a desnaturalizar o lugar construído historicamente e socialmente para anulação da existência da mulher negra.

Nesta cartilha, pretendemos tecer reflexões sobre os efeitos e impactos do entrelaçamento de todas as opressões que atingem a mulher negra

negritude e nas relações dessas mulheres no âmbito familiar, comunitário e social.

É a partir desse contexto que este trabalho busca adotar uma metodologia que seja capaz de instigar o reconhecimento dessa mulher negra no campo, buscando entender qual é o lugar político que elas ocupam na produção, no seu autoconhecimento, na sua vida campesina.

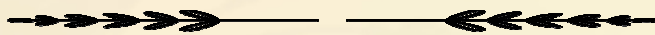
Nosso trabalho está ancorado numa perspectiva do feminismo negro, pois as discussões dão-nos a oportunidade de análise a partir de um outro lugar da política que discute os poderes em face das desigualdades raciais, e, ao discutir os poderes à vista dessas, deixam aflorar quais foram e quais são as estratégias usadas por mulheres negras desde então, para desestabilizar a hegemonia racial branca e feminina.

Dialogamos com o conceito de interseccionalidade, que vêm, ao longo dos anos, ajudando na compreensão dos processos e dinâmicas das desigualdades que envolvem a mulher negra. Considerando que esse conceito tem sido uma ferramenta analítica muito importante para identificar como se dão as opressões de gênero, raça e classe, inter-relacionadas com outros marcadores como territorialidade, heterossexualidade, religiosidade, consequentemente, ajuda-nos

a entender como são produzidos os privilégios para uma parcela da sociedade.

A cartilha está dividida em três seções. A primeira corresponde a uma discussão de conceitos, compreendendo que os movimentos sociais e entidades que trabalham mulheres campesinas podem dialogar com as (in) formações desse processo histórico e apreender como as opressões e imagens da negritude foram construídas socialmente. A segunda seção apresenta formas/instrumentos que podem ser utilizados por formadores/as e líderes para problematizar questões naturalizadas sobre violência, desigualdade racial e de gênero. Na terceira seção, apresentamos o movimento associativista e sua importância na vida das mulheres.

Desejamos, assim, que, este trabalho se utilize das experiências de mulheres negras campesinas para com elas mesmas dialogar sobre suas vidas em coletivo. Entendemos que, ao reconhecer-se como negra campesina, a mulher abre caminhos para sua emancipação e socialização de suas experiências específicas, ‘revirando’ a base da pirâmide social, que nos amalgamou no último andar.



A quem serve o gênero?

A história das mulheres, por vezes, é apresentada de forma linear pelas correntes hegemônicas do feminismo, como se todas as mulheres do mundo estivessem na mesma posição, sem conexões culturais, étnicas, religiosas, econômicas, ontológicas e subjetivas. Embora seja importante considerar o debate histórico, também é preciso entender como a história privilegiou as questões da mulher branca, seja ela trabalhadora urbana ou de classe média, heterossexual, o que, conseqüentemente, não era capaz de representar as mulheres negras e nem a sua diversidade.

As demandas das mulheres de cor (como assim se intitularam as norte americanas afrodescendentes) eram organizadas desde o século XIX, a partir de suas associações e disputaram espaço junto às sufragistas, problematizando a constituição complexa que poderia ter um movimento de mulheres que fosse atento às diferenciações internas. Não se tratava de constituir outra hegemonia, mas de construir um espaço político de vozes diferenciadas e de ação plural. Isto foi objeto de disputa, o que evidencia como a história pode anular lugares e privilegiar outros.

Desde a década de 1970, as feministas e mulheres negras tecem suas críticas às feministas brancas, cujas categorias de ação e análise universalizam a feminilidade, desconsiderando que as possibilidades constitutivas de ser mulher, que são amplas: mulher negra, mulher branca, mulher indígena, mulher lésbica, mu-

De acordo com Haraway (2013, p.47) “[...] não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser mulher’”. Desse modo, a preocupação das feministas negras era pensar nas diferenças entre as mulheres, na forma com que a opressão as atingia (e), pois, embora sejamos todas mulheres, a forma com que a opressão nos atinge depende muito daquilo que socialmente foi construído sobre nós, nosso lugar, nossa posição na sociedade.

Bell Hooks (1981) considera que, em toda a história americana, o imperialismo racial dos brancos apoiou o costume dos acadêmicos em usar o termo “mulheres” mesmo que eles se referissem unicamente às experiências das mulheres brancas. No entanto, tal costume, praticado conscientemente ou não, perpetuou o racismo na negação da existência de mulheres não-brancas na América e suas diferenças reais. Também perpetuou o sexismo, quando assumiu que a sexualidade é a única característica, auto definidora das mulheres brancas e negou seus privilégios raciais. As mulheres liberacionistas brancas não desafiaram essa prática sexista-racista; elas continuaram-na (HARAWAY, 2013, p.9), ainda que se possa dizer que fosse muito difícil se reconhecer nesse lugar privilegiado.

A hegemonia perpetua práticas de exclusão racial, uma vez que não as combate, nega ontologicamente a vida das mulheres negras, separando-as/invisibilizando da/a sua experiência exis-

A categoria gênero está intrinsecamente ligada à história do movimento feminista e foi amplamente debatida entre as francesas e norte-americanas, e, com o passar do tempo, influenciou debates e formulações teóricas que têm sua relevância até os dias atuais. No entanto, como vimos anteriormente, as formas hegemônicas de feminismo não deram conta de tratar das questões das mulheres negras, especialmente porque eram elaboradas de fora. De acordo com Scott (1989, p. 02) recentemente, as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos e nas explicações da forma como o poder é significado na existência dos sujeitos.

Se recorrermos às discussões pós-estruturalistas encontraremos distintas definições para a categoria Gênero, privilegiando as relações de poder, a fabricação e genereificação dos corpos, diante das demandas políticas do poder. No entanto, chegaremos ao consenso de que “[...] gênero expõe as diferentes formas como as relações são (re) produzidas, evidenciando opressões, desigualdades, violências, submissões e subversões entre os gêneros e não somente entre homens e mulheres”. (SANTOS, 2013). Isto implica em examinarmos como as tecnologias políticas de produção dos sujeitos reposicionam as demandas por feminilidades e masculinidades e como elas funcionam em determinado padrão produtivo (PRECIADO, 2014).

Ao longo do tempo, a categoria gênero vem suscitando inúmeros debates no campo dos

de análise e ação. Quando recorremos a tudo que foi produzido pelo feminismo sobre gênero, perceberemos que essa categoria é útil, mas suas perspectivas podem estar centradas em um sujeito do feminismo universal, que ainda não conseguiu se desvincular de uma identidade biológica e de um funcionamento social. Sandra Azerêdo (1994), aponta que algumas produções teóricas a partir da década de 1980 revelam que o gênero, muitas vezes, encobre as diferenças existentes entre as mulheres. A autora considera, também, que o gênero deve ser problematizado “[...] tanto como categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista.” (AZEVEDO, 1994, p.207). Nesse caso, o próprio gênero pode universalizar relações que são intrinsecamente desiguais.

Mesmo com a ampliação das abordagens acerca da categoria gênero, percebemos que essa categoria se tornou insuficiente para desestabilizar a noção de mulher enquanto “totalidade”. Mesmo as perspectivas que privilegiam a discussão de gênero a partir de/ou com base em abordagens que enfocam a centralidade da linguagem (entendida aqui em sentido amplo) como “[...] lócus de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder” (LOURO, 2012, p.16), nossa reflexão vai muito em torno de considerar e refletir as

Então, como podemos pensar em nós mesmas de modo que estejamos aliadas às experiências que nos constituem? Sabemos que uma das formas mais eficazes de anular um sujeito é separá-lo de suas experiências. Essa foi a tática das ações coloniais na América Latina e, também, no Brasil. A maioria das mulheres do campo na Bahia vivenciam de forma simultânea os efeitos negativos das opressões de raça, classe e gênero. Nesse sentido, acredita-se que tais categorias são essenciais para auxiliar-nos na compreensão das bases estruturais de dominação e subordinação as quais vivenciam as mulheres negras e camponesas. Anulando qualquer uma dessas categorias, o pensamento social versará sobre um sujeito abstrato, inexistente. Para Munanga (2006, p 133), “[...] a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista, e ser negra em uma sociedade racista”. Bell Hooks (1981), por sua vez, considera inaceitável a insistência das mulheres brancas liberacionistas que consideravam a raça e o sexo como duas questões separadas, mostrando com sua própria experiência de vida que as duas questões são inseparáveis, pois no momento do seu nascimento dois fatores determinaram o seu destino: ter nascido negra e ter nascido mulher.

A inseparabilidade constitutiva do sujeito feminino quando violada, deixaria de expressar a existência feminina, conforme pensa Maria Lugones (2008). Por isso, para ela, o gênero é uma apologia à intersubjetividade construída pela co-

estratégias infrapolíticas. Seria assim, insuficiente para expressar a indivisibilidade entre gênero, raça e classe, necessárias para a explicação da colonialidade e para entender qualquer luta ontológica nos países colonizados. Se o gênero é ‘criado’ para explicar relações sociais após a invasão europeia, há de se duvidar de sua capacidade de alcançar as narrativas que organizam as vidas e grupos nas colônias em suas especificidades. O gênero seria uma arregimentação a partir de um olhar de fora, organizando os discursos e experiências de um lugar branco e europeu.

Hooks (1981), em sua obra *Sou eu uma Mulher*, apresenta que, aos olhos dos americanos brancos coloniais, apenas membros do sexo feminino rebaixados e degradados trabalhavam nos campos. E qualquer mulher branca forçada pelas circunstâncias a trabalhar nos campos era olhada como indigna do título de “mulher”. As mulheres negras escravizadas não percebiam o trabalho no campo como indigno, pois, nos campos das comunidades africanas, essas tarefas eram aí vistas como uma extensão do papel feminino e de sua ascendência. O que era indigno para a mulher negra era a condição de escrava, a “[...] vulnerabilidade sexual e o perpétuo receio que algum homem, branco ou negro, tivesse o direito sobre ela de lhe assaltar e vitimizar” (HOOKS 1981, p.18).

Não só na América do Norte, mas também no Brasil, devido às características do pacto agrário e burguês feito pelo estado

As violências do Brasil Colonial e negação indígenas resultaram na exclusão, na inferiorização e mitificação dos seus corpos e do trabalho realizado no campo pelas mulheres negras e indígenas (e também homens), caracterizado como algo indigno e menor. O Brasil campesino é depreciado pelo Brasil urbano.

A violência de gênero, raça e classe incide fortemente sobre as mulheres, sob formas naturalizadas, fazendo-as, por vezes, acreditar que são inferiores. Nesse contexto, as mulheres campesinas que trabalham em propriedades privadas convivem com a realidade de receberem salários inferiores, tratamentos racistas, assédios sexuais e morais, entre outras situações.

De acordo com Hooks (1981), muitos mitos e estereótipos foram usados para caracterizar a existência feminina negra, que tiveram as suas raízes na mitologia anti-mulher. Dessa forma, compreendemos que a mulher negra na história não foi tão somente invisibilizada na sociedade, ela simplesmente não existia enquanto mulher e enquanto ser. A inexistência gerou a possibilidade de criação alegórica e dominação deste ser, de modo que disso se valeu a estrutura capitalista em sua constituição nas ex-colônias. É desse lugar que construíram a nosso respeito, de mito e estereótipo negativos, que tentam falar sobre nós.

Aqui está a resistência das mulheres negras, a luta pelo direito de ser mulher negra, considerando que os esforços de disseminação de desvalorização da existência feminina negra são contínua e, em geral, “[...] é extremamente difícil às

Como alguém pode construir uma imagem positiva quando é negada ou inexistente? Então, a resistência seria o lugar da afirmação e de qualquer possibilidade de existir. Por isso, a luta por este lugar de auto definição.

Devir mulher negra: o processo de ser

Como já vimos, o gênero é insuficiente para pensar a realidade das mulheres negras, entendendo que “as mulheres negras não foram constituídas como mulher, como o foram as mulheres brancas” (HARAWAY, 2004, p.240). Diante disto, é preciso pensar como as mulheres negras foram constituídas e marcadas (racial e sexualmente) de forma oposta à constituição da mulher branca. As desigualdades entre mulheres brancas e mulheres negras fazem parte de uma construção histórica, a começar do período escravista, e, desde então, naturalizava-se a subordinação feminina, sobretudo das mulheres negras, invisíveis para a sociedade, semeando, assim, atos de violência e discriminações.

O gênero foi uma categoria criada para questionar o que significa ser mulher, para superar a visão de imutabilidade do ser, daí recordamos a célebre frase da filósofa e feminista Simone de Beauvoir (1980) ao enfatizar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Da mesma forma que essa afirmação trata de uma questão ontológica, precisamos compreender os processos de subjetivação que a-

inexistência ontológica das mulheres negras, considerando o tornar-se mulher negra, ou o processo intermitente de tornar-se sem cessar - o *devir mulher negra*. Do que essa existência se constitui? Como é ‘vir a ser’, processando-se sem parar? Ainda que consideremos a possibilidade de uma identidade, não podemos pensá-la senão em construção, em caráter provisório, em contínua construção, diante dos inúmeros processos de negação e inferiorização constitutivos.

A mulher negra passa por vários processos até tornar-se mulher negra, bem como afirma Leila Gonzalez (1983): “[...] agente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista”. À vista desse processo de tornar-se negra, somos tensionados a pensar “[...] como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento?” (MUNANGA, p. 137, 2004).

Hooks (1981) aponta que as mulheres brancas liberacionistas escreviam artigos e outras publicações fazendo analogia entre “mulher” e “negros”, e, dessa forma, ainda que de modo involuntário, elas sugeriam que, para elas, o termo “mulher” era sinônimo de “mulher branca” e o termo “negros” sinônimo de “homens negros”. Segundo a autora, isso indica que existe na linguagem de todos os movimentos que estão supostamente preocupados em eliminar a opressão sexista, a atitude sexista-racista em relação

Pensar a mulher negra, brasileira, nordestina e campesina é um desafio quando se vive em uma sociedade que propagou, por muito tempo, que o Brasil era o país da democracia racial, quando, na verdade, sustentou e difundiu, através de aparelhos ideológicos (escola, família, mídia, e outros), o ideal de branqueamento e superioridade racial, colocando a população negra, sobretudo as mulheres, no lugar de marginalidade, vulnerabilidade e negação de sua identidade e dos seus direitos. Aqui, fica explícita a necessidade de recorrer a uma “[...] categoria de análise que contemple as especificidades históricas e sociais, bem como as práticas discursivas e os processos de produção dos sujeitos no contexto brasileiro, sempre tendo em mente que os conflitos existentes entre saber e poder na produção de verdade, devem ser pontuados” (CANTO, 2009, p.67).

O mesmo corpo negro que existe e resiste deve ser um instrumento de subversão. Dessa maneira, o *devir mulher negra* que pensamos aqui é entendido como uma construção política constante, que não se estabiliza numa categoria. Pensando com Frantz Fanon (1983), que deu contribuições para a formulação de uma proposta ontológica negra, podemos versar sobre o *devir mulher negra*, a partir de suas considerações de que o negro deve se libertar de um corpo que o enclausura nos seus processos de identificação.

Nesse processo, entendemos que as mulheres negras trazem, nas experiências do seu cotidiano, a luta para existir, não se colocando

experiências não se circunscrevem aos limites do modelo de política centrada no sujeito iluminista.

Por vezes, ouvimos e lemos coisas a respeito da força das mulheres negras e de uma maior capacidade de suportar problemas e revezes do que as outras. Percebemos que a força das mulheres negras vêm do reconhecimento das opressões que nos atinge e da necessidade de estarmos sempre no movimento de luta e resistência. Através da união das mulheres, nossas forças podem ser transformadas em ações que, de alguma forma, desestabilizem a norma. Força não somente no sentido de lidar ou conviver com as opressões, mas de fazer brotar movimentos que, de fato, contribuam com a construção de uma nova história das mulheres negras.

Ao pensar nisso, para dizer que todas as vezes que enquanto mulher negra, negamos nossa negritude, ou cremos nas coisas que dizem (dizem) ou escreviam (escrevem) sobre nós, nós o fizemos pela ausência de oportunidades de conhecer outros caminhos. Ninguém nasce sabendo da opressão que sofre e reconhecer essa opressão e os modos de naturalização é também um processo. Pois, em consciência, repudiamos e questionamos mulheres e homens que aproveitaram do espaço acadêmico, para não assumir seus privilégios de cor e produzir discursos sobre nós,



“Nossa luta não é para sair da roça, nem para deixar de ser dona das nossas casas, a gente gosta da roça, da relação com a terra, de ser mães de família. Nossa luta é para transformar as relações de trabalho, as relações com os maridos, aqui da comunidade também e da sociedade em geral” (Dete,

Relações de gênero no campo

A colonização do Brasil configurou, em meio ao conflito, um estado patriarcal, patrimonialista e racista, que excluiu grande parcela do campesinato e da população negra das instituições e dos espaços jurídicos de poder. O resultado é um desenvolvimento excludente e voltado a padrões que inferiorizam populações camponesas e instituem funções e divisões do trabalho, conforme gênero e raça. Não só a existência de populações minoritárias – indígenas, negros, mulheres – foi negada, como fortaleceu a dominação das mulheres pelos homens, além de demarcações raciais intrínsecas. Desse modo, também fortaleceu a invisibilidade do trabalho da mulher camponesa e alimentou a desigualdade de gênero. Essa desigualdade de gênero é resultado da construção sociocultural que toma como natural a arquitetura dos corpos e a função do sexo. O trabalho desenvolvido pelas mulheres no campo nunca teve grande visibilidade, mes-

na agricultura familiar, nos canaviais, nas grandes e médias propriedades, na pesca, no extrativismo, seu trabalho sempre foi visto como um complemento, como uma ajuda.

“Nossa vida é uma labuta danada desde a hora que acorda até a hora que vai dormir. Porque a gente acorda, primeiro para preparar o café, daí a gente cuida da casa e dos filhos, mas também trabalha na roça com o marido ou no quintal de casa. A gente também trabalha a noite, prepara tudo para o outro dia e é as últimas a ir dormir, uma mulher ou outra tem tempo de se distrair assistindo a TV, eu não tenho, quando assisto é de pé, passando o olho lá da cozinha”. (Margarida, 2018).

Diante do relato de Margarida, percebemos que, mesmo adentrando a esfera pública, a realidade das mulheres camponesas em relação à sua condição conjugal pouco mudou, considerando que a reprodução da família, como educação e demais cuidados, continuam, em grande medida, a cargo das mulheres. Nesse momento é como se fosse dado o consentimento delas participarem da vida pública, embora as mesmas devam “cumprir” com seus afazeres de casa.

O relaxamento das fronteiras entre o mundo



produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produti-

“a verdade é que a mulher trabalha o dia inteiro e a noite e o homem só trabalha durante o dia, mas, para muitos homens, a mulher não faz nada quando só cuida da casa, e quando vai pra roça com ele por mais que ela trabalhe igual a ele, ou até mais que ele, porque tem mulher que é “retada”, aí eles dizem que a mulher tava aju-

Nosso trabalho não é ajuda!

No campo, existe a crença de que há trabalho leve e trabalho pesado, logo trabalho pesado é desenvolvido pelos homens e o trabalho dito leve é executado pelas mulheres. Não se considera que a jornada de trabalho da mulher, entre a “ajuda” dada ao marido na roça e os trabalhos de casa, é cada vez mais extensa e cansativa. A divisão do trabalho é apenas uma maneira de refletir as relações de desigualdade que se manifestam a partir da divisão do trabalho entre homens e mulheres no campo.

O trabalho das mulheres camponesas é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do trabalho delas. Essa realidade reflete a concentração das mulheres em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento e isso indica a necessida-

FEMINISMO ANTIRRACISTA E

Ao longo dos anos, as intelectuais negras tecem críticas aos movimentos do campo ou da cidade que, ao considerarem as questões de gênero, acabam por invisibilizar a mulher negra, silenciando, assim, suas experiências. É urgente reconhecer que, quando interseccionado o gênero com a raça e a classe, as mulheres negras do campo encontram-se triplamente invisibilizadas. Esse é um passo importante para as mulheres negras construírem suas estratégias de luta.

MULHERES NEGRAS, MULHERES TAMBÉM!

Nessa perspectiva de luta, o movimento feminista negro tem papel importantíssimo considerando que as mulheres negras tiveram uma história diferente do discurso clássico sobre a opressão da mulher. O movimento foi responsável por solapar o mito da “democracia racial” e denunciar as desigualdades e mazelas do povo negro. Do mesmo modo como também tem explicitado de que forma o entrecruzamento das



opressões de gênero, classe e raça tem impacta-

“Percebemos que não somos todas iguais (as mulheres), há várias coisas que nos tornam desiguais, por exemplo as questões sociais, de tratamento, oportunidade, em relação à cor da pele e a questão de quem é rico e de quem não tem muito dinheiro. Basta sair de casa e ir ao posto de saúde ou entrar em uma loja na cidade que a gente sente os olhares e

Essa consciência de que somos mulheres, porém não somos iguais é muito forte no grupo de mulheres observado, uma vez que a maioria delas reconhece que uma série de questões nos tornam desiguais, como aspectos econômicos, raciais, culturais, posição social, a forma de nos colocarmos no mundo, entre outros. Nesse sentido, não podemos tratar todas as mulheres como iguais, sem considerar suas especificidades.

De acordo com Louro (2002, p.14) “[...] Os estudos feministas constituem-se, assim, como um campo polêmico, plural, dinâmico e constantemente desafiado; um campo que tem o autoquestionamento como “marca de nascença”. Como consequência, isso implica um fazer científico que supõe lidar com a crítica, assumir a subversão e, o que é extremamente difícil, operar com as

Podemos, assim, considerar que é desse lugar do “autoquestionamento” que as feministas negras perceberam que as reivindicações do feminismo ocidental não eram suficientes para representar as mulheres negras e suas pautas. No entanto, muitos feminismos desconsideraram e desconsideraram a categorização de raça como fundamental para compreender processos de opressão. Nesse contexto, as intelectuais negras de diversas partes do mundo passaram a buscar categorias de análise em áreas como as ciências sociais e na história para dar conta das diferenças de gênero, raça, classe, entre outros.

Enquanto produção “intelectual”, o feminismo, durante muito tempo, foi um movimento de mulheres brancas, da classe média intelectualizada, preocupada com as opressões que as atingia, ignorando as opressões que outras mulheres sentiam (negras, indígenas, pobres, entre outras), mulheres que se encontravam numa posição de vulnerabilidade, violência e preconceitos muito mais acentuados. Hooks (1981, p. 9) considera que, quando as feministas, num único fôlego, reconhecerem que as mulheres negras eram vitimizadas e, no mesmo ímpeto, enfatizaram a sua força, elas sugeriram que, apesar de as mulheres negras serem oprimidas elas conseguiam contornar os impactos causados pela opressão sendo fortes – e isso não é simplesmente um acontecimento.

Não pretendemos desconsiderar a importância do feminismo de modo geral, mesmo porque foi através das ocupações das fe-

de uma série de estudos nesse campo. Mas, precisamos dizer de que forma nos sentimos dentro desse movimento. Precisamos dizer que a não compreensão de que somos diferentes alimenta e faz com que muitas vezes as mulheres que têm algum privilégio reproduzam opressões sobre as que estão numa posição mais vulnerável. A autora Luiza Bairros (1995) ajuda-nos a perceber a importância do ponto de vista feminista para a condição de mulher negra na sociedade brasileira, dentro da diversidade das experiências da opressão sexista, racista e classista, interceptando em diferentes pontos. Ela considera que “[...] uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista”. (BAIRROS, 1995, p.461).

Ao observarmos a trajetória de lutas das mulheres brancas em busca da garantia de lugares no mercado de trabalho ou na tentativa de desmistificar o mito da fragilidade feminina, vista na história como um ser frágil e dependente do homem, logo percebemos que essa não é a nossa história, de mulheres negras, pois nunca nos reconhecemos nesse mito de fragilidade. Desde sempre precisamos ser fortes, pois sequer éramos tratadas como gente.

O trabalho da intelectual negra Bell Hooks (1981), *Sou eu uma mulher/mulheres negras e feminismo*, apresenta, através das vo-

nos serviços braçais, fora ou dentro de casa com a mesma força de trabalho que os homens, muitas vezes com jornada de trabalho superior às dos homens. Essas mulheres eram obrigadas a amamentar os filhos que não saíram do seu ventre, enquanto os seus viviam em situação precárias

Na trajetória de luta das mulheres, veremos que, quando a mulher branca conquistou o direito de trabalhar ou estudar, quem assumiu o papel da responsabilidade com os filhos e a casa foram as mulheres negras. Assim, Munanga (2006) considera que é preciso ponderar quando se fala que a mulher moderna tem como uma das suas características a saída do espaço doméstico para ganhar o espaço público, uma vez que na vida e na história da mulher negra, o trabalho fora de casa já é uma realidade muito antiga. Tão antigas também são as estratégias peculiares das mu-

Pensamento feminista negro

O lheres negras para resistir e sobreviver a tanta opressão.

O pensamento feminista negro é definido pela intelectual, feminista e negra norte-americana Patrícia Hill Collins (1989) como uma forma de ver e entender o mundo por meio das experiências cotidianas vividas por mulheres negras. Para realizar seus estudos, as feministas e intelectuais norte-americanas, buscaram seus próprios caminhos, gerando as teorias

Essa teoria contribuiu muito para a introdução dos estudos sobre a intersecção dos marcadores de gênero e raça. Em sua análise, Collins (1990) lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção das desigualdades, na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características.

Collins (1991) define o pensamento feminista negro da seguinte forma:

“O pensamento feminista negro consiste em teorias ou pensamentos especializados produzidos por intelectuais afro-americanas, desenhados para expressar o ponto de vista das mulheres negras. As dimensões deste ponto de vista incluem a presença dos temas centrais característicos, a diversidade das experiências das mulheres negras em encontrar estes temas centrais, a variedade da consciência feminista afrocêntrica das mulheres negras em relação estes temas centrais e suas experiências com eles, e a interdependência das experiências, consciências e ações das mulheres negras. Este pensamento especializado deve buscar infundir nas experiências e pensamentos cotidianos das mulheres negras novos significados ao rearticular a interdependência das experiências das mulheres negras e a consciência” (COLLINS, 1991, p.32).

Embora Patrícia Collins refira-se às experiências das mulheres afroamericanas, sua abordagem teórica é muito rica e parece caber para pensar diferentes situações de lutas das mulheres negras. No entanto, devemos considerar que o contexto histórico de cada local, por vezes, apresenta novas situações que devem ser observadas.

Nas produções da autora, Patrícia Collins, encontraremos com certa frequência o termo ‘intelectual’, que, na perspectiva do pensamento feminista negro, não remete ao sentido de conferir status, ou referenciar o grau de estudo de alguém, como ela mesma afirma: “[...]mulheres negras intelectuais não têm de ser de classe média, educadas, de meia idade, ou reconhecidas como tal pela academia ou outros estabelecimentos. Mulheres negras intelectuais constituem um grupo altamente diversificado” (COLLINS, 1991, p.36).

A autora considera, ainda, que o ponto de vista feminista negro é definido por cinco temas fundamentais: 1) o legado de uma história de luta, 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe, 3) o combate a estereótipos ou imagens de controle de raça, gênero e classe, 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias, 5) e a política sexual. (COLLINS,1991).

Aqui no Brasil Luiza Bairros, considera como contribuição intelectual ao feminismo não apenas o conhecimento externado por mu-

mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas.

Como podemos perceber, o feminismo negro rompe com as teorias tradicionais, buscando construir e reconstruir a história das mulheres negras, a partir de outras perspectivas.

O pensamento feminista negro não é oposição ao feminismo de modo geral, assim como também não é um aditivo de outros feminismos.

Devemos reconhecer que esse movimento possui formulação própria feita a partir das necessidades, conhecimentos, experiências e formas de atuação política próprias das mulheres negras. Conforme menciona Bell Hooks, esse pensamento traz uma crítica global e sistêmica do conjunto das opressões em jogo, ao interseccioná-las. Essa crítica jamais prescindiu da avaliação à dominação classista, racista e

machista. Dessa forma, acredita-se que ter perspectivas diferentes dentro do feminismo não enfraquece a luta feminina, ao contrário, empodera as mulheres de forma diferente, atendendo às necessidades específicas de cada segmento.

O movimento de mulheres negras compreende o feminismo de maneira coletiva, pois a experiência de cada uma é vivenciada cotidianamente por todas, em função do racismo sexista.

No Brasil, o movimento feminista buscou construir seu legado de lutas a partir de tendências americanas e europeias, sem nenhum impacto para as questões da mulher negra. A cientista po-



reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro.

A segunda fase do movimento, a partir da década de 1970, não foi diferente, tanto aqui como nos países europeus e nos Estados Unidos” (PINTO, 2003, p.85). Nas considerações de Pinto, o movimento feminista não é um movimento popular e sua “[...] chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento.” (PINTO, 2003, p.85).

A década de 1980, foi consagrada como um período significativo na história da sociedade brasileira, sobretudo por marcar a transição política (fim da ditadura militar e retomada dos civis ao poder). No entanto, na década anterior (1970), nascia no Brasil o Movimento Negro Unificado (MNU) e, em seu interior, começaram a formar núcleos e coletivos femininos, iniciando discussões sobre as mulheres negras e as opressões que sofriam. Após a ditadura militar, o feminismo ganha novos rumos no Brasil e, através de lutas e reivindicações, ainda que de forma tímida, as mulheres passam a adentrar a esfera política e outros tantos espaços públicos importantes na nossa sociedade.

O pensamento feminista negro vem, nas últimas três décadas, contribuindo para recuperar as histórias das mulheres negras. Partimos do pressuposto que a história contada, inclusive para nós mulheres negras sobre nós mesmas, durante séculos, foi a partir da voz das classes

das mulheres negras, sobretudo no sentido de dar voz e visibilidade a uma série de questões que foram silenciadas por séculos.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras (COLLINS, 2016).

De forma geral, naquela década, podemos dizer que as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e fizeram-se presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. De acordo com Carneiro (2011), as questões das mulheres negras foi a temática que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres.

Aqui no Brasil, os estudos da intelectual e feminista Lélia Gonzalez (1980) dedicaram-se a refletir a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, sobretudo em relação à mulher negra e indígena. Com posicionamento crítico, a autora tece críticas ao feminismo hegemônico. Mostrando as diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, a autora evidenciou as histórias de mulheres negras e indígenas no Brasil na América Latina e no Caribe. Assim como Gonzalez, no Brasil e no mundo, feministas e escritoras negras utilizam da autobiografia para trazer, para o cerne de sua escrita, a vida e as ques-

Quem são essas mulheres?



Lélia Gonzalez nasceu em Minas Gerais. Filha do negro ferroviário Accacio, mudou-se com a família em 1942 para o Rio de Janeiro, cidade em que teve seu primeiro emprego, como babá. Graduou-se em História e Filosofia, exercendo a função de professora da rede pública. Posteriormente, concluiu o Mestrado em Comunicação Social. Doutorou-se em Antropologia política /social, em São Paulo (SP) e dedicou-se às pesquisas sobre a temática de gênero e etnia. Feminista e ativista, Lélia destacou-se pela importante participação que teve no Movimento Negro Unificado (MNU), do qual foi uma das fundadoras. Em 07 de julho de 1978, em ato público, oficializou a entidade em nível nacio-



Bell Hooks é uma ativista norte-americana, que rejeita os formatos acadêmicos tradicionais e, inclusive, defende que a teoria não acadêmica (como a tradição oral, por exemplo) seja tão valorizada quanto a acadêmica e também concorda na existência da prática sem a teoria. Mas não descarta, em hipótese nenhuma, a importância da mesma. Por isso, ela acredita que os negros, em especial as mulheres negras, precisam teorizar e subverter o [feminismo branco](#), o patriarcado e o racismo epistêmico dominante – já que, para a autora, a prática envolve o processo de teorização.



Sueli Carneiro é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra, criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, onde mais de trinta mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais.



Luiza Helena de Bairros é ativista, professora, ministra. Gaúcha e baiana. Além de professora universitária, coordenou projetos e programas de combate ao racismo institucional. Para ela, o racismo tem muitas caras. Muitas vezes, ele disfarça-se, para aparecer mais forte depois. Luiza Bairros acreditava ser urgente discutir a institucionalização do combate ao racismo. Para ela, alcançar lugares de poder é apenas metade do trabalho. Ser capaz de criar alternativas de articulação dentro destes espaços é a outra metade. Os avanços precisam ganhar veloci-



Patricia Hill Collins é socióloga, norte-americana, feminista, professora da Universidade de Maryland e tem convocado as mulheres negras a não se acomodarem e a se engajarem contra o racismo e a discriminação ainda presentes em diversas esferas da sociedade.

“Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar”



Angela Yvonne Davis é professora e filósofa socialista estado-unidense, que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

“Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.

Feminismo é coisa de mulher da roça sim!

Diferente da ideia de que o feminismo é “coisa da mulher da cidade”, esse movimento alcança o campo, sobretudo através das mulheres engajadas nos movimentos organizados do campo, sindicalistas, líderes de associações e grupos de mulheres, que, por meio de encontros e momentos de formação política, tiveram a oportunidade de conhecer o feminismo (enquanto organização) e de questionar o lugar das mulheres nos espaços em que as mesmas atuavam, mas nem sempre tinham voz e vez.

Atualmente, podemos considerar o movimento feminista como um movimento “[...] multifacetado de muitas e diferentes grupos de mulheres e de muitas e diferentes necessidades” (LOURO, 2003, p.12). Nesse sentido, Rodrigues et al (2010) consideram que o movimento feminista tem papel fundamental nesse processo, pois vem articulando-se com movimentos sociais, sindicais, de mulheres rurais e de agricultoras para pensar como se dá a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar e no trabalho rural. O trabalho das mulheres rurais está tão ou mais “para além da dupla jornada” que o das mulheres urbanas. Ele ocorre numa jornada contínua, que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas.

De qualquer forma, os estudos apontam para um empoderamento das mulheres campestres

O feminismo hegemônico supervalorizou as produções de acadêmicas brancas, não dando espaço para as experiências das mulheres negras, sobretudo as campestres, mulheres que sofrem os estereótipos de mulheres atrasadas, “analfabetas”, sem conhecimento das formas acadêmicas da escrita. Essa realidade fez com que o protagonismo e participação dessas mulheres fosse descartada e suas vozes silenciadas, uma vez que, se a política é feita por outros meios, na relação com a terra, não é reconhecida a partir dos modelos hegemônicos.

Enquanto as intelectuais afroamericanas buscam produções que explicitam, por meio de registros autobiográficos as experiências e ações cotidianas das mulheres negras, no contexto brasileiro, essas experiências são pouco valorizadas, sobretudo na academia. Imaginemos, então que, quando se trata das vivências de mulheres negras campestres teríamos a barreira de um Estado racista, que pensa a política por parâmetros ocidentais, pouco dado às (re) formulações de estratégias de povos colonizados acumuladas, por exemplo, por toda a América Latina.

O feminismo no campo precisa causar mudanças no espaço em que as mulheres estão inseridas. A mulher campestre precisa sentir-se parte desse debate, refletindo e percebendo que



Mulheres camponesas em movimento

QUE MULHER? QUE POLÍTICA?

Podemos considerar que, no Brasil, a organização e mobilização das mulheres do campo ganham destaque no final dos anos 1980, com o processo da Constituinte, que amplia o direito das mulheres à seguridade social, por meio da garantia de aposentadoria no valor de um salário mínimo (FARIA, 2009). No entanto, muito mais que lutar pelo direito à aposentadoria, essas mulheres unem forças reivindicando reconhecimento como trabalhadoras e como cidadãs, mesmo porque a efetivação dos direitos das trabalhadoras rurais não altera automaticamente as relações no ambiente familiar, suas responsabilidades domésticas e a relação social. Foi também nos anos de 1980 que as mulheres camponesas intensificaram suas lutas pelo direito para que a mulher fosse aceita como sindicalizada nos sindicatos dos trabalhadores rurais, pelo direito à licença-maternidade e ao acesso à previdência. Logo, a luta das mulheres por direitos previdenciários, terra e crédito fez emergir outras pautas de luta como, saúde, educação do/no campo, educação superior, espaço na política, reprodução e família e outros.

campo é recente, no entanto podemos observar que os movimentos sociais de mulheres possuem grande organicidade e capacidade mobilizadora. Identificam-se coletivamente como trabalhadoras rurais, camponesas, catadoras de coco babaçu, agroextrativistas e agricultoras familiares,

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DO CAMPO

dentre outras.

Em relação ao termo movimentos sociais, há diversos conceitos e reflexões. Gohn (1995, p. 44) afirma que: “[...] os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados



As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Entendemos que os movimentos sociais no contexto do campo representam a vontade coletiva de reivindicações e mobilizações, em busca de objetivos comuns, centralizados pelas diversas estratégias de luta pela reforma agrária. Sem dúvidas, o objetivo da organização das mulheres do campo é unir forças para enfrentar toda a opressão (classe, raça, gênero), lutando por direitos e pela defesa da reforma agrária, da soberania alimentar, da natureza, pela construção de uma sociedade em que as pessoas possam viver suas diferenças sem ser tratadas com inferioridade. Nesse processo, surgem movimentos espalhados por todas as partes do país, tais como: Movimento de Mulheres Catadoras de Coco Babaçu, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento das Mulheres do MST, o movimento denominado Marcha das Margaridas, entre outros. Esses grupos estive-

“Depois dessa associação não somos mais as mesmas, antes a gente trabalhava na roça e cuidava da casa e da criação dos filhos. Hoje nós ainda fazemos tudo isso, mas também nos organizamos aqui na associação e mesmo sem ainda ter lucro, a gente tem oportunidade de ter conhecimento e isso transformou a vida da

Enquanto as mulheres estavam em casa, pouca coisa aconteceu de mudança social em suas vidas, mas, quando elas passaram a adentrar a esfera pública, a ser presença nas associações, nos sindicatos de trabalhadores rurais, na comunidade através da CEBs, nos movimentos da juventude, elas começaram a discutir, refletir e fortalecer-se em busca de seus direitos. Até chegar o momento em que elas passaram a questionar seu papel frente a essas organizações e não mais se contentaram em ser presença nos espaços, quando sua opinião não tinha força de decisões. As mulheres do campo também questionaram dos movimentos dos quais estavam integradas pautas específicas para as mulheres, através de encontros de formação, seminários, espaço de diálogos. Dessa forma, essas mulheres começaram a construir suas histórias frente a diversos movimentos.

Dos anos de 1980 para cá, a realidade mudou bastante no campo. Temos, hoje, muitas mulheres a frente de associações, direção de sindicatos etc. No entanto, no geral, a vida das mulheres camponesas ainda é muito sofrida, principalmente para auto sustentar, valorizar-se e participar da vida política. São diversas as questões que implicam na visibilidade e empoderamento da mulher do campo. O que se constata, de forma geral, sobre a situação no campo é a

Por isso, as estatísticas apontam a grande porcentagem de população negra e de descendência indígena no campo. Outro elemento a ser considerado na análise da situação da mulher do campo é a maior migração feminina, em particular das jovens. Historicamente, esse movimento guarda relação com o fato de que as mulheres tiveram menos oportunidades de autonomia econômica no campo

Quanto às mudanças...

A (FARIA, 2009, p.21).

o tempo em que Faria (2009) aponta a situação que envolve a mulher do campo, ela demonstra significativas mudanças que ocorreram a partir do governo Lula, desde o ano de 2003, considerando que essa mudança se deu tanto a nível do diálogo com os movimentos, quanto na destinação de recursos, estruturação das ações e redefinição no arcabouço institucional. As principais ações ocorreram no âmbito da Assessoria Especial para Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres (SPM). Entre as diversas ações que contribuíram muito para uma nova realidade para as mulheres do campo foi a política de crédito específico, por meio do Pronaf Mulher, o programa de documentação da trabalhadora rural, o fomento à comercialização,

As políticas públicas, frutos de lutas e reivindicações, representam o reconhecimento das mulheres do campo enquanto sujeitos de direito, respondendo à necessidade dessas mulheres de terem autonomia financeira. Com a mudança de algumas condições sociais as mulheres aproveitaram para alterar suas realidades. Um exemplo disso são as experiências de auto-organização das mulheres, garantindo, assim, maior produtividade, geração de renda, empoderamento no âmbito individual, coleti-



“não é fazendo política não, viu, mas a gente tem que reconhecer que depois do governo Lula, muita coisa melhorou para a mulher do campo. Porque a associação aqui mesmo só conseguiu se desenvolver graças ao esforço das mulheres, mas o governo ajudou muito também”. (Flor, 2018).

Nosso corpo, nossa imagem, nossa história

A dinâmica do espelho foi realizada com um grupo de 12 mulheres que participam da Associação de Mulheres da comunidade de Duas Barras do Fojo, no município de Mutuípe-BA. A dinâmica funciona em círculo, em que se utiliza uma caixa de tamanho pequeno com um espelho no fundo. A caixa deve passar por todas as mulheres sem que elas falem para a outra o que tem dentro da caixa. Enquanto a caixa vai passando, o facilitador vai conduzindo algumas reflexões, como: quem é essa mulher que tem a posse dessa caixa, como ela se vê, como é a sua vida, entre outras questões. Depois que a caixa tiver passado por todas as pessoas, o facilitador passa a dialogar com o grupo, direcionando as reflexões de acordo com o objetivo do encontro.

Na roda, olhando nos olhos, por vezes tentando conter a emoção, as mulheres negras camponesas da comunidade de Duas Barras do Fojo, trouxeram suas experiências e relatos, que mostram o quanto ainda é necessária a luta contra o machismo, racismo, classismo e



“Eu acordo pela manhã me olho no espelho e sei que não sou uma mulher bonita, mas tenho orgulho de me porque sou uma mulher forte que sempre batalhei pela educação dos meus filhos, para que eles pudessem ter uma vida menos difícil que a minha”.

A voz das mulheres mostra o quanto é importante a construção e o trabalho afirmativo com a autoimagem. Se fomos narradas desde fora, agora podemos criar narrativas



Autoimagem das mulheres negras campesinas

o - **C**mo nos diz Hooks (1981), muitos mitos e estereótipos foram usados para caracterizar a mulher negra. Já fomos bruxas, monstros, mulheres com dentes nos órgãos genitais, com um só peito, dentre outros. Mas, compreendemos que a mulher negra na história não foi tão somente estereotipada e mitificada, também foi invisibilizada, pois, para a sociedade, ela simplesmente não existia enquanto mulher, uma vez que as narrativas sobre nós sempre aproximaram-se mais de outros animais do que do humano, assim como com as indígenas. É desse lugar que emularam a nosso respeito, de mitos e estereótipos negativos, que tentam impor uma construção sobre nós.

Aqui está a resistência das mulheres negras, a luta pelo direito de ser mulher negra, considerando que os esforços de disseminação de desvalorização da negritude feminina é contínua e, por vezes, é extremamente difícil às mulheres negras desenvolverem um autoconceito positivo. Ainda hoje, percebemos como os reflexos do sistema racista, assim como da colonização, desqualificam essas vidas, a partir da sua característica fenotípica. Percebemos que a autoestima da mulher negra campesina é bastante afetada pelo ideal de beleza, base-

através dos meios de comunicação em massa, que, a cada dia, reforçam e legitimam uma série de violências contra nós.



COMO NÓS, MULHERES NEGRAS SOMOS REPRESENTADAS?

É extremamente cruel a forma com que os meios de comunicação conseguem produzir as imagens negativas ou sensualizadas sobre a existência feminina negra. “São basicamente, dois perfis que determinam as mulheres negras: a primeira imagem ‘são de objeto sexual, prostitutas, vacas’ e a segunda imagem é a ‘gorda e irritante figura maternal’.” (HOOKS, 2014, p. 48).



“A representação negativa da mulher negra está presentes na mídia, na literatura, e sempre alimentam o imaginário da mulher negra “mulata”, “amante”, “empregada doméstica” e tantas outras derivações impostas pelo que entendemos hoje como estigma da mukama.” (GONZALEZ, 1985; 2008).

Nesse sentido, Hooks (2014) afirma que os esforços de disseminação contínua de desvalorização da existência feminina negra tornaram extremamente difícil e frequentemente impossível às mulheres negras desenvolverem um autoconceito positivo. Somos diariamente bombardeadas por imagens negativas. De fato, “[...] uma força opressiva foi este estereótipo negativo e a nossa aceitação disso como um papel viável e modelo sobre o qual podemos modelar as

“É muito triste quando as pessoas olham para nós e nos julga pela cor da nossa pele, pela forma como agente se veste, e até mesmo como a gente fala, e se for mulher da roça que nem sempre fala certo aí é que a coisa é mais difícil ain-

nossas vidas. (HOOKS, 2014, p. 62)”.

Esse sentimento de ser tratada com inferioridade está atrelado a uma construção histórica sobre essas mulheres e seu lugar, de que a mulher negra e da roça “não tem educação”, “não sabe falar”, “não reconhece seus direitos”.

Pensar a mulher negra, brasileira, nordestina e campestre vivendo em uma sociedade que propagou por muito que o Brasil era o país da democracia racial, quando, na verdade, sustentou e difundiu, através de aparelhos ideológicos (escola, família, igreja, mídia) o ideal de branqueamento e superioridade racial, colocando a população negra, sobretudo as mulheres, no lugar de

Diante de todas as dificuldades que nós, mulheres negras campestres, enfrentamos no nosso cotidiano, olhar para nossa imagem e aceitarmos-nos como somos, gostarmos de nós, mesmo quando tudo descrito e vinculado a nosso respeito é de inferiorização, é, de fato, extremamente difícil. Na sociedade brasileira, dificilmente uma mulher negra, no cotidiano, não tenha se deparado com o preconceito racial, seja de forma explícita ou velada. É nessa situação que a população negra campestre se vê ao longo do tempo: discriminados pela cor, pela falta de oportunidade de estudo, pelo trabalho que desenvolve no campo, pela forma de falar e comportar-se. As mulheres negras campestres, como parte dessa população, são as mais vulneráveis ao racismo, à discriminação de gênero, ao sexismo, à violência doméstica e às práticas do machismo. Essa parte da população tem, portanto, especificidades que expressam o entrelaçamento da questão racial e de gênero, que interagem com outros tipos de opressões, tais como, a desigualdade social e regional.

A preocupação das feministas e intelectuais negras, desde o princípio, foi refletir acerca das diferenças entre as mulheres, na forma com que a opressão as atinge, pois, embora sejamos todas mulheres, a forma com que a opressão nos atinge depende muito daquilo que socialmente foi construído sobre nós, nosso lugar, nossa posição na sociedade. A intelectual Léila González, na década de 1970, colaborou com essa discussão, garantindo espaço para que as mulheres negras e indígenas se encontrassem naquilo que ela chamava de “amefricanos”, buscando construir

Mulher em luta por uma vida sem violência



Infelizmente convivemos com uma problemática gritante no Brasil, que ocorre com muita frequência no campo, que é a violência doméstica, “[...] que diz respeito, em geral, a agressões, ameaças e ofensas, que ocorrem dentro do ambiente familiar, entre pais e filhos, marido e esposas, e outros parentes” (LINS, MACHADO E ESCOURA, 2016, p.56). De acordo com a estimativa da Anistia Internacional e da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência, que permanece sendo a maior causa de morte entre mulheres entre 16 e 44 anos. Com a criação da Lei Maria da Penha, que foi fruto de muita luta e reivindicações dos movimentos feministas, paira a falsa sensação de que tal legislação basta para dar conta dessa questão. Entretanto, a violência contra a mulher permanece ceifando a vida de milhares de mulheres no Brasil, sobretudo das mulheres negras, a quem a Lei Maria da Penha não consegue livrar dos olhares preconceituosos, dos postos de trabalhos servis, das ofensas escritas nas paredes das universidades em

Segundo dados do IBGE (2010), as mulheres negras constituem cerca de 25% da população brasileira, sendo que elas correspondem a mais de 50% da população feminina em todo o país. Já dados do IPEA (2009) apontam que, do total de mulheres negras, 7,4% viviam em situação de extrema pobreza e 13,4% em situação de pobreza, o que corresponde a mais que o dobro em relação aos mesmos indicadores para a mulher branca. Ainda de acordo com o IPEA, a maioria de nós somos analfabetas ou semianalfabetas, nossa remuneração está em geral na faixa de um salário mínimo e muitas de nós chefiamos famílias em maior número que as mulhe-

“A violência doméstica aqui no campo é muito séria, principalmente porque existe aquela história das pessoas não quererem se envolver, dizendo que briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Eu mesmo passei por um episódio muito triste com uma pessoa da minha família, que foi espancada pelo companheiro e quase morreu, teve que ficar internada e tudo lá na cidade. A gente percebe que quando os casos de violência são com as mulheres pobres e negras a justiça faz pouco caso e muitas vezes fica por isso mesmo”.

A pesquisa elaborada pelo IPEA desde o ano de 2004, denominada “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, vem revelando que as mulheres negras do nosso país representam a maior parcela das pessoas desempregadas, que trabalham sem carteira assinada, como empregadas domésticas ou com menor renda domiciliar *per capita*. Outra pesquisa, denominada “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil, também elaborado pelo IPEA (2013), revela que nós, as mulheres negras, somos as maiores vítimas de feminicídio no país. Mesmo sendo maioria, nós as mulheres negras somos duramente atingidas com as desigualdades de gênero e raça, ocupando posições marginais em diversas áreas da nossa sociedade. Através dessas pesquisas, podemos afirmar que as desigualdades socioeconômicas da sociedade brasileira afetam duramente a mulher negra, vítima do acúmulo de opressões (gênero, raça, classe), que nos colocam no lugar muito maior de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, somos alvos mais fáceis de sermos atingidas pelas violências produzidas pela opressão.

Tais números podem chocar e causar grande espanto, no entanto eles não dão conta de revelar a verdadeira realidade, pois esses registros baseiam-se somente na violência física sofrida. Contudo, faz-se necessário compreender que a violência contra a mulher está para além da violência física. Ela é empregada também de forma psicológica, o que, muitas vezes, concretiza-se por meio de palavras

trair bens materiais, possessividade, reter documentos a exemplo do cartão do bolsa família, entre outros.

“Aqui na roça é mais difícil, está longe de tudo, até as casas dos vizinhos são mais distantes. Eu sei de mulheres que sofrem muita violência, aqui mesmo na região tem uma que o marido dela vai pra venda beber e quando chega em casa, chega daquele jeito, sabe né, reclamando de tudo, xingando ela, fazendo ameaças até para as crianças (os filhos dele), no outro dia nem parece que é o mesmo homem. Agora te digo uma coisa é muito difícil a gente ajudar porque a gente tem medo de so-

Em consonância com Sen (2004, p.224), “[...] muitas mulheres sofrem privação e nem se quer é capaz de avaliar claramente o seu grau de privação relativa”. A violência psicológica da mulher campezina pode estar presente, por exemplo, na desvalorização do seu trabalho, quando seu esposo lhe destina uma terra improdutiva para fazer o quintal ou quando ele toma posse de um benefício da mu-

PELA VIDA DAS
MULHERES

Percebemos que, ao longo dos anos, muitas políticas e campanhas são desenvolvidas para combater a violência contra a mulher, porém, para que nós mulheres nos empoderemos dos meios de combatê-la, precisamos refletir e conhecer suas bases de produção. A violência não acontece por acaso em nossas vidas, ela é processual e sistemática, reproduzida diariamente, ainda que de forma implícita, na escola, na TV, nos livros didáticos, nas igrejas. Ela está centrada na heterossexualidade compulsória, na supremacia do homem sobre a mulher, no machismo, no racismo, na misoginia, na divisão sexual do trabalho, nas formas como a mulher é representada no mundo e como naturalizamos as supostas diferenças de gênero.

Quando o Estado desenvolve essas pesquisas, tem o objetivo de conhecer a realidade para poder alterá-la? Mas, como transformar tal realidade se o próprio Estado viola a mulher negra? Como alterar essa realidade sem alterar as estruturas de poder, as ideologias hegemônicas? Não existe transformação dessas realidades se não houver transformação nas estruturas que re-

“Não dá para aceitar mais a história que em briga de marido e mulher não se mete a colher, se mete sim, não apenas a colher, se mete a enxada, a foice, o balde, precisamos acabar com essa história que foi criada para que a gente fosse silenciada, temos que acabar não só com essa história mas com outras que tá aí na sociedade sobre as mulheres, sobre suas vidas e o papel da mulher”

Essas questões em torno da vida da mulher negra revelam a dificuldade em dar voz às mulheres invisíveis, pois são muitas as opressões que envolvem

ÓRGÃOS DO GOVERNO QUE ATENDEM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA:

- ▶ Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs);
- ▶ Centro de Referência da Assistência Social - CRAS;
- ▶ Serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher;
- ▶ Centros de Referências de Atendimento à Mulher;
- ▶ Centros de Orientação Jurídica e Encaminhamento.

Disque 180 para denúncias.

A lei que coíbe violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06) foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 7 de agosto de 2006, e leva o nome de Lei Maria da Penha.



Fonte: Google/2019. (Maria da Penha)

O empoderamento das mulheres: caminho para o enfrentamento de opressões

O termo empoderamento tem sido muito utilizado nos últimos tempos, em várias áreas e com diversas perspectivas. Discutir o processo de empoderamento pelo qual passam as mulheres negras camponesas sugere passar pela compreensão que essas mulheres têm suas vidas marcadas por um passado escravocrata de violência, exploração sexual e de trabalho e negação de seus direitos. Mulheres que enfrentam cotidianamente uma indivisível opressão, pela questão de classe, de gênero e de raça, dentre outros marcadores, que se interseccionam nas experiências das mulheres negras e demandam diferenças dessas nas relações sociais cotidianas. Frente a uma série de formas de opressão que envolvem as mulheres negras camponesas, torna-se uma verdadeira resistência e luta o ato de organizar-se contra esse sistema opressor.

S. Batliwala (1994) diz que o termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivos, que questionam as bases das relações de poder. *“No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as rela-*

sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BATLIWALA, 1994, p. 130).

Acredita-se que o primeiro passo para qualquer mudança seja o reconhecimento das formas de opressão em que as mulheres se encontram, diante desse reconhecimento as mulheres organizam-se para mudar essas relações de poder. O termo empoderamento sugere que, para a transformação de uma realidade, é necessário que as pessoas que não dispõem do poder, passem a tê-lo. No entanto, esse poder deve estimular mudanças

“Quando eu ficava só dentro de casa, era muito ruim, eu me sentia sozinha, parecia que eu não era ninguém. Quando eu comecei a participar da associação tudo mudou, eu me sinto uma nova mulher, hoje eu só não venho quando eu não



O empoderamento proporciona novos espaços e posições, permitindo a conquista da autonomia e representatividade nos contextos cultural, econômico, político e social. No entanto, o empoderamento não acontece do mesmo jeito para todas as mulheres. São processos contínuos, que necessitam, por vezes, de espaços que auxiliem na reflexão, formação, debates, reconhecimento das opressões. Assim, Deere e Leon (2002) consideram que o empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo, através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados.

As mulheres tornam-se empoderadas quando conseguem usar a extensão da sua própria voz e experiências para se colocar na sociedade, tomando as rédeas do seu próprio destino, e tomando consciência que são fortes e podem sim ir contra os sistemas de opressão. Podemos reconhecer esses processos de transformação na trajetória das mulheres camponesas, dentro de um processo de reconhecimento, organização, participação e a prática de novas posturas. “O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Até ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vi-

“Eu sou agricultora e amo trabalhar na roça. Antigamente isso era motivo de vergonha, tanto que muitas mulheres assinavam como donas do lar e isso prejudicou muitas mulheres na hora de requerer uma aposentadoria. Hoje eu tenho muito orgulho de chegar em qualquer lugar e dizer que sou mulher, negra e da roça. Essa consciência de que temos valor foi a associação que nos ajudou a construir e andar

Para as mulheres organizadas em grupo, construir o empoderamento é buscar que todas as mulheres tenham direito ao poder e não de forma individualizada, mas dentro de um grupo, comunidade ou organização, considerando que “[...] a sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres está mobilizado e pressionando para a mudança” (BATLIWALA, 1994, p.132).

“A troca de experiência, ouvir a história da outra fortalece a gente, e ajuda agente a melhorar muita coisa”

É dentro do coletivo que as mulheres podem desenvolver uma consciência crítica e se mobilizar para a ação, unindo forças para constituir suas próprias estratégias para superar as dificuldades. Nesse processo, as mulheres negras não aceitam o lugar de vítima. Elas percebem-se enquanto resistência, elas buscam ressignificar o seu lugar nessa sociedade, com a perspectiva de desconstruir as visões estereotipadas que foram criadas a respeito da mulher negra e camponesa, que infelizmente



A experiência associativista de mulheres camponesas negras em contramão da economia dominante

“Depois dessa associação não somos mais as mesmas, antes agente trabalhava na roça e cuidava da casa e da criação dos filhos. Hoje nós ainda fazemos tudo isso, mas também nos organizamos aqui na associação e mesmo sem ainda ter grandes lucros, a gente tem oportunidade de ter conhecimento, e saber dos nossos direitos e do nosso valor”.

“A associação tem sido muito importante para agente, a troca de experiência, ouvir a história da outra fortalece agente, e ajuda agente a melhorar muita coisa. Aqui

O associativismo no campo é visto como um instrumento de luta e resistência dos camponeses que, mesmo diante das dificuldades, desejam permanecer na terra e defender seu território. A forma desses camponeses organizar-se tem valores conceituais e características que se distinguem da forma de organização capitalista. Eles tentam fazer com que essa economia esteja enraizada nos princípios da economia solidária, na busca de interações sociais que vinculem solidariedade, participação democrática e emancipação social.



A organização das camponesas em associações está para além da garantia de geração de renda. Todo processo de organização, desde a produção, autogestão e comercialização são mecanismos educativos de aprendizagem e estruturas de poder, que colaboram para que o homem e a mulher do campo, tenham autonomia, participação e consciência do seu papel social. De forma geral, podemos dizer que o associativismo torna homens e mulheres do campo mais

próximos do empoderamento na promoção do desenvolvimento da comunidade em que estão inseridos. Nesse sentido, acreditamos que tal forma de organização (associativismo), baseada nos princípios da economia solidária e com participação feminina em todos os processos, tem possibilitado que as reflexões sobre gênero ocorram e conseqüentemente vá se construindo novas formas de relacionamento,

“Antes quando a gente saía de casa dizendo que vinha para associação muitos maridos não gostavam não, mas mesmo assim a gente vinha. Eles riam da gente e caçoavam. Com o tempo, a maioria deles passou a perceber a importância da associação e hoje eles, muitos deles são nossos parceiros e ajudam as mulhe-

O conceito de associativismo é amplo e pode representar uma diversidade de interesses, contudo, é importante destacar que a ênfase desse trabalho trata das experiências do associativismo no campo, que se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos camponeses um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições. Todavia, para além dos interesses econômicos ligados à produção e à comercialização, o associativismo produz uma estrutura que deve ser ajustada para refletir a importância de valores como a ajuda mútua e a solidariedade, troca de experiências, a participação e a socialização política, a valorização da identidade camponesa.

Lisboa (2000) considera que as organizações coletivas são entendidas como um espaço de socialização política, uma vez que, em conjunto, os trabalhadores reconhecem as injustiças e os desafios a serem enfrentados por meio de interesses e objetivos comuns.

O associativismo apresenta-se como uma rica estratégia não apenas para o fortalecimento econômico, mas sobretudo político e social. O objetivo das camponesas de unir força e organizar-se enquanto associação demonstra uma consciência no sentido de superar o individualismo e mediar as relações de interesses coletivos.

Diante dessa realidade, Oliveira (2002) considera que a emergência das organizações coletivas de produtores rurais constitui-se numa estratégia de reprodução social

São inegáveis os desafios enfrentados pelos camponeses, contudo acredita-se que o trabalho associativo e a ação organizada da população representam a sair da passividade e escapar da dominação.

NO CAMINHO DA AUTONOMIA ECONÔMICA

É importante ressaltar que dessas organizações brotam um conjunto de aprendizagens e formas possíveis de produção, gestão, divisão de lucros, comercialização, relação homem/natureza e outros. Diante disso, constatamos que a luta em torno de uma economia mais solidária e justa representa resistência ao capitalismo e as mulheres são protagonistas nesse processo de organização.

Como alternativa para o enfrentamento das diversas formas de opressão, muitas mulheres têm encontrado na participação de iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados no associativismo e nos princípios de cooperação e autogestão, uma estratégia de sobrevivência diante do sistema capitalista. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas de geração de renda, oportunidade de trabalho e inclusão. No entanto, para muitas mulheres, essa inserção representa muito mais que a geração de renda, revela o desejo de superar as desigualdades que se materializam no cotidiano das relações, uma oportunidade de obter visibilidade social, de participação em diver-

Essas mulheres, que são capacitadas para buscar projetos e recursos para suas associações, passam a exercer cargos e funções de direção, administração e gestão de recursos como executoras de projetos governamentais, vivenciando novas experiências políticas, econômicas e sociais de lugares que lhe foram negados por muito tempo. A organização das mulheres vem viabilizando atividades de produção, comercialização, prestação de serviços, com princípios de cooperação, democracia, gestão participativa e economia solidária em busca de melhores condições de vida.

Essas mulheres ousaram e ousam lutar pela construção de um lugar diferente para elas, resistindo ao racismo, ao machismo, aos preconceitos por serem camponesas. Elas lutam diariamente para que o sistema não consiga apagar as

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS: O QUINTAL PRODUTIVO



suas histórias.

Com a intensificação das relações capitalistas no campo, em virtude do sistema de produção denominado agronegócio, os agricultores familiares apresentam uma série de problemas para garantir uma produção diversificada com práticas menos agressivas à natureza e garantia da permanência no campo com qualidade de vida. Porém, para contrapor esse sistema, evidenciamos o fortalecimento das organizações coletivas de agricultores familiar, principalmente através do associativismo.

No ano de 2016, a Associação de Mulheres da comunidade de Duas Barras do Fojo foi contemplada com o Projeto Bahia Produtiva – para implantação de um subprojeto Socioambiental, através da implantação de quintais agroflorestais. Com esse projeto, que é assessorado pela FASE/BA, agricultores familiares passaram a diversificar seus plantios, criações e aplicam práticas sustentáveis, aumentando, assim, a percepção sobre a importância da organização.

A maioria das famílias da comunidade dispõe de pouca terra e, por isso, esse projeto tem contribuído para integrar essas atividades, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis. De forma positiva, esse projeto tem mudado as áreas onde estão



Viva a Agricultura Familiar!

SE O CAMPO NÃO PLANTA A CIDADE NÃO JANTA!

“O quintal produtivo trouxe uma energia muito boa para a associação e para a comunidade, porque através dele a gente tem retomado coisas importantes que tinham se perdido na comunidade. É muito bom a troca de dia, quando o grupo de mulheres cada dia vai ajudar a construir o quintal da companheira. Que a gente chama de mutirão; depois

GARANTINDO A SOBERANIA ALIMENTAR

“Os produtos da gente têm qualidade, porque a gente não usa nenhum tipo de veneno (agrotóxicos), dessa forma agente garante uma alimentação saudável para nós e para quem compra. Além de que a gente tá cuidando da terra né, porque tem veneno que acaba com a terra e com a água, e também com os bichos que são

Nas últimas décadas, acompanhamos a mercantilização do alimento pelo capitalismo, com grandes impactos das políticas neoliberais no campo, em que a lógica capitalista impôs-se, de forma maçante, “determinando”, a forma na qual se produz e se distribuem os alimentos em nosso país. A padronização dos alimentos pelas empresas transnacionais afeta diretamente os hábitos alimentares e as práticas domésticas que as populações tinham de prover seus próprios alimentos, baseados nos biomas onde vivem e na sua cultura alimentar centenária. Diante desse cenário perverso, fica cada vez mais clara a importância das mulheres, considerando que durante séculos foram e são elas,

responsáveis pelo cultivo de autoconsumo, pelo cuidado dos quintais, pela garantia de uma produção diversificada, pela coleta das frutas, pela preservação das sementes, pelas trocas e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, encarregando-se do trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário. Essas mulheres são invisíveis e seu papel é negado dentro do sistema capitalista, mas são elas as responsáveis, em grande parte, pela soberania alimentar do nosso país. Mulheres que possuem conhecimentos e formas de cuidado milenar do cultivo das ervas medicinais, nas formas de plantio, no aproveitamento das frutas, contribuindo, assim, para uma grande biodiversidade. Esse acúmulo de experiências das mulheres camponesas negras vem dos



A soberania alimentar, hoje, é uma das principais bandeiras de luta de trabalhadores e trabalhadoras que desejam uma sociedade com autonomia para a construção e condução de políticas alternativas de acesso à terra e organização coletiva para a produção. Aos poucos, sobretudo a partir das mulheres, vai ganhando-se consciência de que, enquanto camponesas e camponeses, jamais competiremos com o modelo de produção agroexportador, mas devemos produzir para satisfazer nossas necessidades e abastecer os mercados locais.

Além da defesa da soberania alimentar, as mulheres camponesas estão em luta constante pelo direito à terra e ao território, pois esses são dois elementos indissociáveis da vida das camponesas, assim como dos pescadores artesanais, dos povos indígenas, dos pequenos agricultores, da juventude rural, dos sem-terra, em luta pela água, pelas sementes e pela biodiversidade.

O capitalismo e o sistema patriarcal não só invisibilizam a participação feminina no campo, na verdade ocultam as mulheres, como se essas nem existissem. Segundo Faria (2009, p. 16), no capitalismo consolida-se a separação entre a esfera pública e a privada, sendo a primeira a da produção e a segunda a da reprodução. Junto com isso há o discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade e, logicamente, reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na famí-

RECUPERAÇÃO DE SEMEN- TES CRIOULAS

Para tratarmos do empoderamento da mulher negra em nosso país, sobretudo as mulheres negras do campo, devemos considerar que essas têm acúmulo de experiências, construídas, sobretudo, pela cultura africana, na qual mulheres têm formas peculiares de organização, troca, cuidados, conquista da autonomia. O estudo da antropóloga Teresinha Bernardo (2003) revela que as mulheres afrodescendentes tem um comportamento diferenciado quando se trata da sua autonomia, da forma de encarar seu trabalho, da relação com os parceiros, com os filhos, com outras mulheres e com a comunidade. Assim, não podemos tratar todas as mulheres da mesma forma e querer que as formas de empoderamento sejam uma regra para todas. As mulheres negras possuem uma forma própria de encarar a vida e suas estratégias de sobrevivência frente às opressões é singular. Collins (1991) constatou em suas pesquisas que as mulheres negras têm um ponto



POR QUE NOS AUTO ORGANIZAMOS?

Depois da luta das mulheres camponesas pelo acesso aos direitos previdenciários, conquista que só veio ser efetivada quatro anos após a criação da Constituição Brasileira, as lutas e organização dos Movimento das Mulheres Camponesas fortaleceram-se com o debate sobre a produção agroecológica, como um expoente de modo de vida e de resistência.

Vivemos, hoje, um contexto extremamente difícil, sobretudo para as mulheres negras e camponesas. Convivemos diariamente com a presença do machismo, racismo, casos de violência doméstica, retirada de direitos conquistados a duras penas, destruição do patrimônio ambiental, a utilização da mídia e da política como veículo de disseminação de ódio, de posicionamentos classista, racistas, preconceituosos e violentos.

Dessa forma, faz-se necessária a auto-organização das mulheres, principalmente das mulheres negras. Serão, então, mulheres com consciência feminista de sua opressão e exploração e, mais importante, tendo bem identificado os inimigos comuns que sustentam o sistema de dominação. Ou seja, serão mulheres compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e dividindo formas de lutas e articulação, de maneira a estabelecer estratégias políticas

capazes de corrigir a distorção histórica que coloca o sexo feminino em condição de dependência e submissão.

“Eu sei que juntas somos mais fortes, e que a gente ainda vai muito longe. E quando a gente não aguentar mais essa batalha temos a certeza que nossos filhos vão continuar essa missão, porque eles estão vendo tudo de bom que essa associação tem sido na vida da gen-

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capita-



**CONTINUEMOS DE MÃOS DADAS,
PORQUE ASSIM É MELHOR!**

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DA COMUNIDADE DE DUAS BARRAS DO FOJO



A associação de moradores da comunidade de Duas Barras do Fojo até o ano de 2009 era um espaço predominantemente ocupado pelos homens da comunidade, que se reuniam com o intuito de discutir os problemas da comunidade e da produção, em busca de melhorias para o campo. Enquanto isso, as mulheres ocupavam espaços historicamente criados para elas, como a igreja (católica e evangélica), assumiam as funções de casa e cuidavam dos quintais, sendo responsáveis pelo cuidado com a criação de galinhas, por-

Também eram responsáveis pelo cuidado com “a beirada da casa”, parte reservada para o plantio de ervas medicinais, flores, hortaliças, frutas e outros. Com o passar do tempo, a associação foi enfraquecendo e ficou desarticulada por algum tempo.

Nesse momento, algumas das mulheres já eram associadas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mutuípe - STR e já participavam de alguns movimentos e debates sobre o papel e o espaço das mulheres camponesas.

A partir de então, essas mulheres mobilizaram-se e reativaram a Associação, dando a ela a característica de associação de mulheres. Inicialmente enfrentaram muito preconceito, machismo, críticas e descrédito, tanto de seus companheiros quanto da comunidade. Aos poucos, o grupo foi aumentando e lutando por reconhecimento, tomaram cursos, capacitaram-se, participando de intercâmbios, feiras de artesanato, empreendedorismo, economia solidária e agricultura familiar; e foram con-



O registro oficial do grupo foi feito no dia 10 de julho de 2010. Atualmente, a associação tem 45 mulheres predominantemente negras, com baixa escolarização, e todas participam do processo de produção e comercialização. Através do projeto da CAR, essas mulheres ganharam reconhecimento municipal, territorial e estadual, passando a gerenciar, produzir e comercializar derivados de cacau (chocolate em pó, cocadas e chocolates em barra).

Desde o ano de 2016, a associação é assessorada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, que oferece assistência técnica, capacitações para escrever projetos, momentos de formação, realização de atividades diversas.

A associação já obteve algumas conquistas, entre elas, através de um edital, a comunidade foi contemplada com uma agroindústria comunitária (que beneficia os produtos dessas agricultoras, agregando valor e organizando a sua comercialização), com toda estrutura para produção dos derivados do chocolate, a associação foi contemplada também com um carro. A sede só veio ser concluída no ano de 2016 e, até então, o grupo reunia-se em uma casa cedida por uma das mulheres do grupo. Outra grande conquista da comunidade é ter agricultores e agricultoras cursando cursos universitários, principalmente na área de Educação do Campo, proporcionando um intercâmbio muito importante entre a associação e a Universidade Fede-

assim como com o Instituto Federal de Ciências e Tecnologias de Santa Inês.

Os produtos que as mulheres produzem, (derivados do cacau e produtos do quintal produtivo) são vendidos tanto na comunidade, quanto na Cooperativa, garantindo o consumo de alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos e transgênicos. Além de ser expostos em diversas atividades a nível local, territorial e estadual.

A trajetória da associação não foi e não tem sido fácil. No dia a dia essas mulheres ainda enfrentam muitas barreiras no processo de comercialização de seus produtos e também nas relações familiares, comunitárias e sociais. Todavia, elas fortalecem-se diante das dificuldades e juntas buscam estratégias para vencer os obstáculos, no desejo de construir uma história diferente para as mulheres



Lutemos como uma campesina!

“Agente está muito triste né, porque estamos vendo toda nossa luta indo ao chão com esse governo que está aí. Isso não é do seu tempo, mas para conquistar a aposentadoria, as mulheres lutaram muito, lembro que muitas companheiras foram até pra Brasília e dormiram por lá debaixo de lonas, nas mobilizações que reunia gente de tudo quanto é lugar do Brasil. Mas a gente viu a luta dar resultados, as mulheres passaram a ter direito a sua aposentadoria, sua documentação, até crédito no banco e também participar das coisas, que antes eles nem podiam. Mas, agora, tudo que conquistamos está sendo destruído por esse governo miserável, essa reforma da previdência [minha filha], vai

as mulheres da roça, vai aumentar o tempo para a gente se aposentar e a gente sabe que o documento já é difícil de juntar para provar que nós trabalha na roça, vai ficar cada vez mais difícil, principalmente para as mulheres. Eu já sou aposentada, mas a gente pensa no irmão, no filho, no neto, naquelas pessoas que vai sofrer um bando assim como agente sofreu no passado.

Por isso, todo dia eu digo, na igreja, na roça, quando vou na cidade, as mulheres de hoje precisa acordar e precisa fazer valer o suor e o sangue de tanta gente que já foi derramado nessa luta por esse Brasil a fora, pra se conseguir ter o que se tem hoje no campo, agente não pode deixar de lutar, porque é isso que o governo quer.” Alaíde dos Santos (2019)



REFERÊNCIAS

- AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, n. esp., p. 203-216, 2. sem. 1994.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.
- HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição 1981 - Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.
- BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*, 2011, Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, A. Germain; L.C.Chen (Eds.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press, 1994. p.127-138.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Natália Luchini. Nova York/Londres: Routledge, 1991.
- COLLINS, Patricia Hill. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: JSTOR. *Common Grounds and Crossroads: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives*. 4. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1989. p. 745-773.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – v.33, n.1, janeiro/Abril, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CANTO, Vanessa Santos do. *O devir “mulher negra” subjetividade e resistência em tempos de crise do capitalismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009.
- DAVIS, Angela. Palestra proferida na abertura do curso [Black Feminism. 2017. Cachoeira-BA.](#)
- DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres do meio rural. In: BUTTO, Andrea

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GELEDES. Disponível em <https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-mulher-negra-na-historia-do-brasil/>. Acesso em 03 abr. 2019.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 35-118.

_____. HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*. n. 22, 2004, p. 201-246.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo*. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

IBGE. *Censo populacional de 2010*. 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 05 jun. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasil, 2017. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/retrato/> >. Acesso em: 05 jun. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retratos da desigualdade de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: IPEA, 2009/2011.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. *La Ventana*, n. 13, p.94-106, 2001.

_____. *O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Tradução: Leticia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, 2002.

_____. NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Petrópolis: Vozes*, 2003. 191 p.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012.

LISBOA, J. B. de. Associativismo no campo: as relações em redes ao espaço da socialização política. In: MENEZES, A. V. C.; PINTO, J. E. S. (Org). *Linhas Geográficas*. Aracaju: NPGeo/UFS, 2001. p.

PINTO, C. & MORITZ, M. L. 2010. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre de 2008. No prelo.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. Salvador – Bahia, 2006.

SCOTT, Joan W. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) Gênero e História. México: Instituto Mora/UAM, 1989.



SUGESTÕES DE FILMES E DOCUMENTÁRIOS



Histórias Cruzadas (2012)
 A Cor Púrpura (1985)
 O ódio que você semeia (2018)
 Preciosa (2010)
 Felicidade por um fio (2018)
What Happened, Miss Simone? (2015)
 Estrelas Além do Tempo (2017)
 KBELA (2015)
 Flor do deserto (Desert flower) -2009
 Que horas ela volta? (2015)
 Nascidas em Chamas (1983)
 Libertem Angela (2012)
 Estrelas alem do tempo (2016)
 Sozinhas - violência no campo (2017)
 Nos caminhos de Margarida (2018)

SUGESTÕES DE TEXTOS PARA LEITURA E DISCUSSÃO:



Carolina Maria de Jesus – Quarto do Despejo (1960)
 Conceição Evaristo – Becos de Memória (2006)
 Angela Davis – Mulheres, Raça e Classe (1981)
 Bell Hooks – Ensinando A Transgredir (1994)
 Bell Hooks– Sou eu uma mulher?
 Djamila Ribeiro—Quem tem medo do feminismo negro?
 Conceição Evaristo– Olhos d’água
 Abdias Nascimento - o genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado
 Leila Gonzalez - Lugar de Negro
 Sueli Carneiro-Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil,
 Patricia Hill Collins – Black feminist thought



